



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 18/2015

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim

Realizada em 30 de outubro de 2015

----- Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor sr. presidente declarou aberta a reunião pelas dezasseis horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara interveio para agradecer a compreensão dos vereadores opositores, pela alteração do dia e horário da reunião do executivo, cujo motivo prendeu-se com avaliação e análise, num período mais alargado, do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2016. Referiu ainda a necessidade de inclusão dos seguintes pontos “**FUNDO MANEIO PARA O ANO DE 2015 – ALTERAÇÃO DE RESPONSÁVEL**” e “**PROPOSTA DE REVISÃO DO ZONAMENTO (ARTIGO 62.º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS)**”, na ordem de trabalhos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, a inclusão dos pontos, na ordem de trabalhos. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar se já foi solicitado parecer à Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), no que concerne ao Regulamento das Edificações, conforme deliberado na última reunião de Câmara, ao qual foi esclarecido positivamente pelo vereador Paulo Paulino, tendo sido entregue cópia do documento. Ainda questionou o presidente sobre o feedback da reunião tida com a Segurança Social, referente aos apoios com os infantários do concelho de Alcoutim, dado às deficiências económicas ressentidas. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que o objetivo fulcral da reunião com a Segurança Social “foi pressionar dentro daquilo que é possível”, no entanto, os mesmos foram perentórios em referirem que os Acordos existentes são para cumprir, e que mediante os critérios apresentados poderiam agravar-se futuramente, dado ao diminuto número de crianças, no entanto, ficaram de reavaliar a situação, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para questionar “se corremos o risco” do Infantário de Martim Longo encerrar, não falando do Infantário “A Joaninha”/Alcoutim uma vez que tem “outro tipo de apoio”. O presidente da Câmara continuou a sua intervenção referindo que o Infantário de Alcoutim “não padece dos efeitos nefastos”, no que respeita a crianças, e assenta-se numa estrutura/pilar diferente, e como tal considera que será essa a solução encontrada para que o Infantário de Martim Longo não encerre, tendo o vereador José Pereira exemplificado de seguida que como membro da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim (AHBVA), ao analisando/apreciando as contas da referida entidade, em reuniões, existiam valências que davam prejuízo, nomeadamente o apoio domiciliário de Giões, todavia, “umas valências compensavam outras”. O presidente de Câmara interveio para reafirmar que a solução passará pela agregação do Infantário de Martim Longo a outra entidade. Dando nota de seguida que na reunião com a Segurança Social propus ainda que a Educadora de Infância da Escola de Martim Longo “ficasse a dar apoio” à referida IPSS, porém, os mesmos consideraram que a situação, em termos legislativos, não se poderá

verificar. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para questionar se a Câmara Municipal “estará sempre na linha da frente”, no que respeita a esse tipo de apoio às instituições, tendo o presidente usado da palavra para mencionar que a Edilidade “apoiará sempre esse tipo de entidades”, no entanto, “teremos” que analisar a forma e a dimensão do apoio, caso seja necessário uma intervenção efetiva, todavia, “se o mesmo passar por uma sustentação efetiva”, considera que não faz sentido. -----

O vereador continuou a sua intervenção referindo que “enquanto as pretensões apresentadas em reuniões anteriores, dos vereadores opositores não forem satisfeitas” continuam sempre a elaborar protestos, e como tal apresentou o 3.º Protesto/Recusa de Informação, que se passa transcrever: “José Carlos da Palma Pereira e Dalila Manuela da Costa Barros, vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Alcútem, pelas listas do Partido Social Democrata, veem apresentar protesto de V/ Ex^a., pela não entrega dos documentos solicitados através de requerimento, apresentado em reunião de Câmara de 8 de julho de 2015, nomeadamente resumo diário de tesouraria, listagem com protocolos/acordos/ subsídios e relatório de obras e atividades. Considerando que fazemos parte do executivo municipal para o qual fomos eleitos; considerando, que na reunião de Câmara de 22 de julho, confrontamos o senhor presidente, com a não entrega dos documentos requeridos, e mais uma vez com o incumprimento do regimento da Câmara Municipal e com a Lei n.º 24/98 de 26 de maio; Considerando que no dia 22 de julho, pelas 17h59m, foi-nos solicitado através de e-mail que deveríamos concretizar e especificar as datas e assuntos que pretendíamos ser informados; Considerando que face às dúvidas do senhor presidente, informamos em reunião de Câmara de 09 de setembro, sobre os assuntos que realmente queríamos ser informados e os respetivos documentos; Considerando que na reunião do dia 23/09/2015 apresentamos protesto pela não entrega dos mesmos; Considerando que na passada reunião de Câmara, dia 14 de outubro, apresentamos 2.º protesto pela não entrega dos mesmos; considerando que até hoje, dia 30/10/2015, o senhor presidente não nos prestou a informação e não nos forneceu os documentos solicitados; Considerando que a informação solicitada continua e a não nos

A

ser facultada, continuando a sonegação de informação a que temos direito e que é essencial para o exercício do nosso mandato; considerando que mais uma vez o senhor presidente da Câmara não faz cumprir o Estatuto do Direito de Oposição aprovado pela Lei n.º 24/98 de 26 de maio, que confere aos titulares do direito de oposição nas autarquias locais: O direito de serem informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade; Considerando que não foi cumprido o estatuto acima referido, assim como o regimento da Câmara Municipal, que tal atitude é recorrente, abusiva e intolerante, demonstra uma falta de consideração e respeito por quem foi eleito e demonstra abuso de poder por parte do senhor presidente, ao evitar e tudo fazer para não facultar documentos, apresentamos o terceiro protesto”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que o Regimento da Edilidade refere “claramente” que só podem ser aceites dois protestos do mesmo assunto, tendo o vereador José Pereira usado da palavra que o “senhor presidente cumpre o Regimento para uns assuntos e para outros não”, dando nota ainda que referida matéria encontra-se a seguir os “trâmites legais”. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros usou da palavra para relembrar que as Revistas Municipais elaboradas pelo anterior executivo “ainda não se encontram expostas na página da internet da Edilidade”, e que as atividades solicitadas “ há dois meses”, no que se refere à Unidade Móvel ainda “não lhe foram entregues”. De seguida pronunciou o seguinte trecho da Ata n.º 18/2013 (28 de outubro): “*Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador José Carlos Pereira solicitou esclarecimentos no que se refere ao número exato de dois terços dos membros do executivo, referindo ter dúvidas nesse sentido. Sugeriu então que fosse pedido um parecer à Associação Nacional de Municípios ou à AMAL, para que não restem quaisquer dúvidas sobre este assunto. O Senhor Presidente referiu que irá ordenar diligências no sentido de esclarecer o assunto*”, bem como o trecho da Ata n.º 19/2013 (13 de novembro): “*O Senhor Vereador José Carlos Pereira pediu a palavra para questionar relativamente aos assuntos solicitados na reunião anterior quanto aos pareceres jurídicos que clarifiquem os impedimentos dos Eleitos Locais a*

A

participarem nas deliberações e quanto à clarificação da votação de dois terços da Câmara. O Senhor Presidente responde que dois terços de cinco vereadores, são três vereadores, pelo que, não subsiste qualquer dúvida quanto à regra matemática e quanto este assunto não vai pedir parecer jurídico", para relembrar a afirmação proferida pelo sr. presidente, nomeadamente "3,4 são 3, aqui e na China". Findou a sua intervenção mostrando a sua indignação pelo o facto de a publicidade dos Outdoor's, relativamente à Feira da Perdiz omitir o nome de "José Rosa Pereira", e apenas constar Pavilhão Municipal, e como tal gostaria "de saber qual a razão dessa omissão e atitude", dado que "a história de um povo não se deve apagar, porque é a história de todos nós". -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para esclarecer que omissão do nome do sr. José Rosa Pereira nos Outdoor's prende-se por uma questão de comunicação, dado que, se constatou no ano transato, que o mesmo" tinha pouca visibilidade", todavia, o nome consta no convite endereçado, para a abertura oficial da feira. Continuou referindo que "tenho tido e continuo a ter a máxima admiração pelo sr. José Rosa Pereira por todo o trabalho que tem desenvolvido, em prol do concelho de Alcoutim, tendo a vereadora usado da palavra para mencionar que poderia ter existido "a abreviatura do nome", e como tal não corrobora com a justificação apresentada, porque "os atos ficam para quem os pratica". -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para frisar que não devem "argumentar o injustificável, com convites que mandam para o protocolo da Câmara", uma vez que a população do concelho e a de fora não tem acesso aos mesmos, e como tal considera que "as atitudes ficam com quem as toma".

----- O presidente da Câmara interveio ainda para informar que o encarregado Francisco Emídio passaria à aposentação, a partir de 01 de novembro. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para mencionar que "o sr. Francisco Emídio, do tempo que contatei com ele, é uma pessoa fantástica, vou sentir muito a falta dele, e acho que a Câmara Municipal também vai perder pelo trabalho que realizou até hoje, mas as pessoas não são todas iguais". -----

A

----- O vereador José Galrito usou da palavra para corroborar com o referido e endereçar uma palavra de apreço ao mesmo “pelo que ele deu à Câmara Municipal de Alcoutim ao longo destes anos, defendendo sempre o nome da Autarquia”. -----

----- O presidente da Câmara interveio igualmente para corroborar com o referido, dando conta do “seu desejo egoísta”, numa reunião com o próprio, “para que a não fosse ainda” aprovada a aposentação. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para sugerir a elaboração de proposta com um voto de louvor, ao funcionário em causa, tendo sido aceite por unanimidade, por todo o executivo. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** -

Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º208) respeitante ao dia 29 de outubro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.307.488,80; -----

----- Operações Orçamentais - € 976.672,54; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 322.917,32 -----

----- O presidente da Câmara deu conhecimento ainda da alteração de horário dos serviços da Câmara Municipal. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor presidente pôs à discussão a ata n.º 17/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 14 de outubro de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do presidente, por não estar presente na referida reunião, aprovar a referida Ata. -----

----- **COOPERAÇÃO ENTRE A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE E O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM – APROVAÇÃO DO PROTOCOLO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a

qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o presente protocolo de cooperação. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **EMPREITADA DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – LAR DE MARTIM LONGO – CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA REFERENTE AO ADIANTAMENTO:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa ao cancelamento de garantia bancária, apresentada pela firma Consdep Engenharia e Construção S.A, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento da garantia bancária: n.º 962300488016226, no montante de € 65.638,60 (cinquenta e cinco mil seiscentos e trinta e oito euros, e sessenta cêntimos), referente ao adiantamento de 20,3%, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ECONÓMICOS A FAMILIAS CARENCIADAS – PROC. N.º 6/2015:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar atribuir uma comparticipação financeira

A

no montante de € 770,00 (setecentos e setenta euros) à Sr^a. D. Maria Fernanda Farinha António, para fazer face a despesas com aquisição de óculos, nos termos do artigo 5.º do capítulo II do Regulamento para atribuição de apoios económicos a famílias carenciadas do Município de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ADECMAR – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar atribuir uma comparticipação financeira no montante de € 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta euros) à ADECMAR, para fazer face a despesas com a VIII Edição da Feira da Perdiz, nos dias 07 e 08 de novembro. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para questionar a razão pela qual não se coloca os argumentos “reais” nos considerandos da proposta, dado que esteve presente em reuniões, referentes à VIII Edição da Feira da Perdiz e “não viu mencionado o nome da ADECMAR, no que concerne às provas desportivas”, tendo o presidente usado da palavra para esclarecer que o valor a participar nas provas desportivas engloba a prova de caça, prémios/ Galgos, medalhas, etc. A vereadora findou a sua intervenção questionando se a referida entidade fará a higiene e limpeza do espaço, ao qual o vereador Paulo Paulino respondeu positivamente. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A

----- **ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA MUNICIPAL:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar propor à Assembleia Municipal a aprovação, ao abrigo da competência prevista na alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Organização dos Serviços do Município de Alcoutim, de forma a dar cumprimento cabal ao estipulado pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro designadamente: A) à alínea a) do artigo 6.º do Decreto-Lei supra citado, a estrutura orgânica seja hierarquizada; B) à alínea b) do artigo 6.º do Decreto-Lei supra citado, a estrutura orgânica nuclear, seja a seguinte: Presidência, Gabinetes de Apoio, (Unidade Flexível de 2.º grau - Unidade Flexível de 2.º grau), Unidade Flexível de 3.º grau; C) à alínea c) do artigo 6.º do Decreto-Lei supra citado, se mantenham as duas unidades orgânicas flexíveis de segundo grau e a criação de mais uma unidade orgânica flexível de terceiro grau, dependendo esta de uma das de nível superior; D) à alínea d) do artigo 6.º do Decreto-Lei supra citado, os serviços sejam distribuídos por núcleos funcionais (subunidades orgânicas) num máximo de dezoito; E) à alínea e) do artigo 6.º do Decreto-Lei supra citado, a estrutura orgânica dos Serviços da Autarquia de Alcoutim não contemple equipas multidisciplinares; F) à alínea f) do artigo 6.º do Decreto-Lei supra citado, a estrutura orgânica dos Serviços da Autarquia de Alcoutim não contemple equipas de projeto. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para proferir o seguinte discurso, que se passa a transcrever: “A reorganização dos serviços foi promovida de acordo com a Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, através da adequação da estrutura orgânica municipal. À cautela, o executivo vem propor uma nova estrutura orgânica municipal, que contempla 2 cargos de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de divisão), já existentes, e um cargo de direção intermédia de 3.º grau, novo, o que, a nível de estrutura, corresponde a um aumento de uma unidade. O artigo 9.º, alínea 1, refere que todos os municípios podem prover, de um cargo de direção intermédia de 3.º grau, não refere que devem. O mesmo artigo, alínea 2, refere que sem prejuízo do disposto do n.º anterior, à fração populacional de 40.000 corresponde o

A

direito ao provimento de 1 dirigente intermédio de 3.º grau ou inferior. No entanto é intenção desta edilidade com 2500 habitantes, prover um novo cargo ou tacho, como diz o povo. São cargos desta nova unidade de 3.º grau, as funções de coordenação e controlo de unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada. Salienta-se que no artigo 4.º da mesma lei, alínea 3, refere que cabe à assembleia, sob proposta da câmara, a definição das competências, da área, dos requisitos de recrutamento (exigência de licenciatura adequada, período de experiência profissional), bem como da respetiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e a 6.ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior. Ora subentende-se face ao atrás exposto e a dúvida parece-nos legítima, que: O cargo é para alguém da carreira geral de técnico superior, podemos até suspeitar que o cargo já estará destinado a esse alguém; A remuneração que irá ser atribuída estará entre a 3.ª e 6.ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior, o que o montante está entre os 1400 e os 2000 euros mensais. Queremos aqui salientar, no entanto, que esta medida acarreta um aumento das despesas com pessoal, ou não será? Estarão V. Exas a ser cautelosos? É dever desta câmara a redução e racionalização de despesas de funcionamento. Não vos esqueceis que outrora, foram colocados nas redes sociais, os vencimentos de alguns daqueles que prestaram e ainda prestam funções nesta autarquia, vencimentos iguais aos praticados pelos sr.s hoje, só com a pequena diferença é que outrora esses vencimento eram atribuídos a gentes do concelho e agora são atribuídos a gentes de fora. O povo não é ignorante, não lhe quereis tapar os olhos com peneiras, o povo de Alcoutim merece mais e melhor. Alcoutim para todos. Por tais factos votamos contra. Os Vereadores do PSD". -----

----- O presidente da Câmara interveio para explicar que o assunto em questão prende-se pelo o facto "de ter sido mal conduzido e não concluído" em 2010, pelo que terá que ser presente a reunião da Assembleia Municipal. Continuou referindo que questões relacionadas "com tachos e/ou outras designações" não fazem parte do seu entendimento e exercício das suas funções, no entanto, entende "que os senhores pensem assim, porque era assim que provalvemente o fariam se tivessem neste local". Quanto à

abertura da unidade flexível de 3.º grau frisou “ que não significa necessariamente que a mesma venha a ser preenchida”, tendo a vereadora usado da palavra para mencionar “o tempo o dirá sr. presidente”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para frisar que concorda com a regularização da situação, no entanto, relembra que em vinte anos de gestão do PSD nunca houve a necessidade de um cargo destes, e como tal considera que não existe justificação para que este cargo “venha a ser criado e/ou ocupado”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra dos srs vereadores José Pereira e Drª. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma lei aprove o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal para o ano de 2016, bem como nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a autorização para a inscrição de rubricas de receita, cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento. -----

----- O presidente da câmara interveio para proferir o discurso que se passa a transcrever: “ Exmos. Senhores Vereadores, a Proposta de Orçamento Municipal para 2016 e das Grandes Opções do Plano que trago, hoje, a discussão, é, antes de mais uma proposta séria e realista, que congrega a

implementação de uma estratégia de desenvolvimento alicerçada naqueles que são os elementos valorativos do nosso Concelho com um enorme rigor na natureza dos números que apresentamos. Os orçamentos anteriores assentavam numa orgânica que há muito não existia e cuja sua aplicação derivava de uma organização dos serviços que não correspondia, de todo, à realidade. Este é um Orçamento: -----

que deixou de alicerçar-se na estrutura orgânica, passando a ter por base a estrutura funcional, que é reflexo da transparência na gestão deste executivo;- que respeita o correto enquadramento da essência das diversas despesas e receitas apresentadas, distribuídas pelas diferentes tipologias de rubricas; que foi elaborado tendo em conta as previsões de despesa e receita, estimadas, no estrito cumprimento das normas em vigor;-----

que considera o perfil comportamental das despesas e das receitas ao longo dos últimos anos, e perspetiva, de forma contextualizada a sua evolução futura; -----

que respeita os princípios da estabilidade orçamental, da responsabilidade, da transparência, ou seja, 52,43% do orçamento está refletido nas Grandes opções do Plano, sendo que 2.990.748,00€ são despesas com pessoal, correspondendo a 73,36% do valor que não está em plano; -----

que o valor total é inferior ao dos últimos anos, facto este causado na sua essência pelo término da maioria dos Programas Comunitários e os pelo facto dos novos programas ainda não terem candidaturas fechadas; -----

que a redução do valor total, em nada atenua, bem pelo contrário, o investimento nas pessoas, assim como nas políticas de promoção da sua fixação, na resolução dos seus problemas e na melhoria das suas condições de vida, o que corresponde, entre outros aspetos, a um reforço na dotação da rubrica “transferências para as famílias”, traduzindo-se no maior valor de sempre; -----

que contribui para a capacitação do capital humano, para o desenvolvimento do território e, simultaneamente, para o respeito e valorização da identidade concelhia; -----

que privilegia a coesão e a justiça social; -----

R

e que operacionaliza uma estratégia de, ainda, maior proximidade com os cidadãos e com as instituições; -----

Em síntese, o Orçamento e as GOPs para 2016 adequam de forma clara, criteriosa e responsável a gestão dos recursos, previsivelmente disponíveis, no pleno respeito pelo interesse público, àquelas que são as necessidades dos Alcoutenejos e do nosso território. Tendo em conta, os princípios, anteriormente mencionados, e fazendo uma breve síntese: o exercício orçamental para 2016, prevê uma receita global na ordem dos 7.775.889,00 €, da qual 6.761.664,00 € se referem a receitas correntes e 1.014.225,00 € a receitas de capital. No que se refere às despesas importa, entre outros aspetos, salientar que a matriz de investimento prevista reflete o quadro de necessidades diagnosticadas, estruturado, de acordo com aquelas que são as prioridades identificadas nas várias áreas de intervenção do município; Apesar de todos os esforços emanados pelos executivos desta Autarquia, a realidade é que temos assistido por parte do Governo Central, de uma forma ou de outra, a um desinvestimento com elevada incidência no nosso Concelho, em que transfere competências, aumentando assim de forma aparente as competências do Município, e por outro, em proporção inversa as transferências para fazer face às mesmas diminuem. Só para cifrar, perdemos em transferências diretas do Orçamento de Estado mais de três milhões e meio de euros nos últimos 5 anos, acrescido à recente criação do FAM. Como já referido, e pelos motivos já citados, acrescido, ao desinvestimento por parte do Governo Central nos concelhos do Interior, em que nestes últimos anos assistimos a um gradual processo de transferências do Poder Central para as Autarquias, e em proporção inversa às transferências deste, cifrando-se em mais de três milhões e meio de euros, o que corresponde a uma redução de 12%, em relação ao ano de 2010”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que após a breve apresentação do documento “esperava” que o sr. presidente apresentasse as linhas mestras e diretivas para o ano de 2016 para o concelho de Alcoutim, porém, “ o mesmo resumiu-se a explicar o que é o orçamento”. De seguida efetuou uma análise aprofundada do documento, nomeadamente que no documento encontra-se omissa o relatório de introdução, referente às

grandes opções do plano (GOP), e como tal questiona a razão dessa omissão, bem como o porquê de faltar o mapa dos novos ingressos, o porquê de não existir orçamento participativo (OP) para o ano de 2016, já que no transato ano o “senhor fez bandeira” do projeto, mencionando, “... que a medida incentivava a cidadania ativa promovendo a participação e envolvimento dos munícipes nas dinâmicas de governação...”. Continuou a sua intervenção referindo que o orçamento apresentado é o mais baixo em termos de investimento dos últimos 22 (vinte e dois) anos, e que não corrobora com o presidente quando o mesmo afirma “que isto é uma proposta séria e realista, com rigor nos números”, dado que considera que um orçamento é realista, quando se realizam a totalidade das obras, e é nesse sentido que questiona “com quantas obras avançou em 2015”. Deu nota ainda que “constataram” mais uma vez, “que pouco ou nada apresentam de novo”, e os poucos investimentos que preveem iniciar em 2016 são os que estavam previstos em 2015, nomeadamente 2.ª fase da avenida de Martim Longo, Etar dos montes do rio, construções de hangares, requalificação paisagística, exemplificando de seguida também a ausência de investimento a nível de abastecimento de água e saneamento básico, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, cultura, desporto, indústria e energia, turismo, etc. Continuou a sua intervenção frisando que é da opinião que apresentam um orçamento desequilibrado, no que concerne aos valores entre receitas correntes/capital e despesas correntes/capital, dado que, em 20 (vinte) anos de governação PSD isso nunca aconteceu, e que em tempos de crise os gastos com o funcionamento da Edilidade atingem valores excessivos, em que a despesa é praticamente consumida pela gestão corrente, nomeadamente despesas com o pessoal, aquisição de bens/serviços e transferências correntes, sendo de realçar apenas a redução de alguma despesa em aquisição de serviços, a nível de comunicações. Quanto ao capítulo da despesa de capital referiu que vê com muita preocupação ela representar apenas 25 % do total do orçamento, no valor de 1.948.562 €, destacando-se em investimentos 1.566.275 €, bem como mencionar que constataram igualmente que não existiu um esforço para regular a despesa, nem criadas as condições necessárias para potenciar receitas, e como tal considera que “o município está a caminhar para uma

situação financeira com repercussões negativas e imprevisíveis no presente e futuro". Findou referindo que a ausência de investimentos em obras prioritárias, com vista ao desenvolvimento económico do município e criação de emprego "deixam-nos pessimistas" quanto ao futuro das gentes do concelho, bem como questionar qual a razão de "o sr. presidente abandonar as suas prioridades" em 2016, se as medidas como operacionalizar uma política de desenvolvimento económico, no combate à desertificação e orçamento participativo que contribuíam para o aumento da transparência da actividade governativa, "eram bandeira no ano 2015". -----

----- O presidente da Câmara interveio para referir que "é sua preocupação" respeitar o compromisso sério, no que concerne o OP, pela elevada participação e pelo facto do projeto ser pioneiro, em Alcoutim, e como tal considera "que não seria justo avançar com outro", sem que houvesse uma avaliação da população, sendo que em 2016 "apresentaremos" uma nova fase do OP. Quanto ao orçamento "o mais baixo de sempre e ser realista" mencionou "que todos temos" conhecimento das razões, não existindo a capacidade de fazer "manobras de charme" para empolar a receita, que por sua vez permitiria empolar a despesa, e como tal considera que devemos trabalhar com o que temos, a nível de transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), receitas correntes, etc. Em termos de redução de despesas mencionou que se destaca uma redução significativa na área das comunicações, transportes, etc, bem como mencionar que quando "provamos a boa gestão" os vereadores opositores colocam-na em causa. Findou referindo que a 2.ª fase da avenida de Martim Longo "foi há muito propaganda" do anterior executivo, sendo uma via estruturante e que faz muita falta à população da aldeia, e é nesse sentido que espera concluir essa obra, com a maior celeridade possível, bem como referir que não se avançou com a Etar dos montes do rio, uma vez que estamos dependentes das Águas de Portugal, no que concerne ao projeto. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para frisar que o presidente "coloca um sorriso na cara, como se tivesse um orçamento do melhor que existe" e que resolverá todos os problemas do concelho. Continuou para adiantar igualmente que "não estão contra" as obras mas sim contra a atitude,

R

“aquilo que os senhores dizem e fazem”, dado que todas as quatro obras que referiu anteriormente “e vai realizar em 2016 transitam de 2015”, e com tal considera que o orçamento do ano transato não foi realista/sério. Deu nota de seguida que o presidente tem a obrigação de executar obras “como tinha o anterior executivo”, não apenas com receitas provenientes de transferências do Estado, referindo ainda que o executivo permanente ainda “não conseguiu” cativar um cêntimo que fosse em termos de contratos programas. Finalizou dizendo que “antes” existia a preocupação de “arranjar” receitas para executar um número máximo de obras e investimentos, e neste momento, o executivo permanente em três anos, ainda não conseguiu realizar uma obra que não tivesse transitado do executivo municipal. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para questionar o vereador José Pereira quais os contratos programas executados, no seu último mandato, à exceção do Edifício dos Paços do Concelho, tendo o vereador José Pereira exemplificado o Edifício das Finanças, “as maiores obras realizadas em Alcouthim”. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para mencionar que o presidente, Dr. Francisco Amaral dizia “ há que respeitar a oposição que estão a fazer o trabalho deles”. Findou referindo que o orçamento “é nosso” e não são obrigados a concordar com o documento. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que uma preocupação que “devia ter sido tida em conta” é a redução em termos de despesas correntes, para que existisse a transferência para investimento, alertando de seguida que em sua opinião a Edilidade deveria solicitar à tutela a alteração, que é possível, em termos de transferência do FEF de corrente para capital. Mostrou igualmente a sua preocupação para o incumprimento da Câmara Municipal, em termos de despesa com o pessoal, devido à inclusão do cargo de chefia intermédia de 3.º grau. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que “as suas preocupações são as minhas”, adiantando que os gastos com o pessoal, a data do último trimestre, “tinham uma redução de 37 mil euros”, o que comprova a nossa preocupação. Quanto aos orçamentos “realistas sérios e não sérios” mencionou que em 2015 temos uma execução de 60% da despesa e “se

fizemos uma comparação com o ano de 2010 foi executado 31%". -----


----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que o presidente não cita "o que era antigamente o valor do investimento, e o que é agora, uma vez que é obrigado a cumprir 80% do orçamento, conforme legislação em vigor". Em termos de orçamentos realistas mencionou que "até hoje não viu, nem da nossa parte, nem da parte de qualquer presidente" um orçamento realista, todavia, "um senhor faz disso um apanágio". Continuou a sua intervenção solicitando esclarecimentos sobre o número de ingressos para 2016, uma vez que não recebeu esse documento. -----

----- O presidente da Câmara interveio para esclarecer que as inscrições que se encontram no mapa de novos ingressos "são hipoteticamente viáveis ou não", porque dependem da forma como se vai comportar o próprio orçamento de estado, bem como "da nossa operacionalização" face a essas entradas, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para referir que a explicação não foi a que solicitou. O presidente continuou a sua intervenção para esclarecer que os lugares definidos são para desempenhar funções na Autarquia, para fazer face a eventuais necessidades que venham a ser sentidas no futuro, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para questionar ainda se houve algum estudo para obtenção dessa informação, dado que "tem o direito de o saber, porque faz parte do executivo", independentemente da votação ou não. O presidente de seguida realizou um breve esclarecimento sobre as necessidades fulcrais a nível de informática, ordenamento do território, bem como dos lugares, referentes aos assistentes técnicos e operacionais. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- Os vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros apresentaram a seguinte declaração de voto: " As grandes opções do plano e orçamento são os documentos que nos apresentam as principais orientações, prioridades, opções de investimento e a estratégia a implementar no município. Em 2015, o senhor presidente afirmou, que estava a operacionalizar uma política de desenvolvimento económico que o combate à desertificação era uma prioridade e passava pelo incentivo da camada jovem à sua fixação, que o

orçamento participativo pretendia o envolvimento dos munícipes na definição de prioridades de investimento e contribuía para aumentar a transparência da atividade governativa. Em 2015 afirmamos que a crise que afeta o país aliada aos problemas de despovoamento acelerado, falta de emprego, dificuldade em captação de investimento privado e dificuldades no acesso a melhores condições de saúde que afetam Alcoutim, exigiam um orçamento com uma estratégia política de desenvolvimento que combata a curto prazo todo este flagelo. Pouco ou nada foi feito nesse sentido, daí que se esperasse, para 2016 uma estratégia de ação com propostas credíveis e concretas. Este documento para 2016 é bastante elucidativo de algumas realidades e chegamos à conclusão que nos apresentam um orçamento que não vai de encontro à resolução dos problemas dos munícipes. Consideramos por isso que as prioridades deverão ser no âmbito do investimento que possa criar emprego a curto prazo e no apoio às famílias, o que não acontece. Trata-se do mais baixo orçamento do poder local em Alcoutim e no entanto o que se prevê realizar é pouco mais que nada. Nem uma palavra sobre operacionalização de política de desenvolvimento económico, combate à desertificação e orçamento participativo para 2016. Tudo medidas que o senhor presidente considerava de extrema importância e a implementar, mas que já não interessam. Convém lembrar que este é já o terceiro Plano de Orçamento apresentado por este executivo permanente e que pouco ou nada nos apresenta de novo. Os poucos investimentos previstos a iniciar em 2016, nomeadamente a segunda fase da avenida de Martim longo, a etar dos montes do rio e a construção de dois hangares na zona industrial, transitam do orçamento de 2015, uma vez que não foram executados. As grandes opções do plano e proposta de orçamento para 2016 não apresentam uma visão estratégica para o futuro do concelho e que acaba gerido ao dia. Constatamos que em termos de investimento em: Abastecimento de água- verifica-se a ausência de investimento; Saneamento Básico - ausência de investimento em novas obras, apenas, mais um ano a prever iniciar a Etar dos montes do rio, mas a transitar verbas para 2017; Proteção do meio ambiente e conservação da natureza - verifica-se a ausência de qualquer investimento; Cultura, Desporto, recreio e lazer - ausência de qualquer investimento de referência; Transportes Rodoviários – verificamos a



ausência de verbas para a construção e reparação de estradas e arruamentos, limitando-se a iniciar a Avenida de Martim Longo e a terminar em 2017; Ação Social – preveem despende 160.000 € com o Lar de Martim Longo, obra que não se percebe porque ainda não terminou, correndo o risco de perder as participações da Segurança Social; Indústria e Energia – Preveem despende 150.000 € na construção de hangares e não efetuar qualquer investimento no melhoramento de iluminação pública; Turismo – ausência de investimento, e tanto que falam em turismo; Aquisição de imóveis, não entendemos como continuam a investir e em aquisição de imóveis, quando essas verbas podiam ser bem mais úteis em outros investimentos. A falta de estratégia política de desenvolvimento desta governação, confirma-se com a ausência de investimentos em áreas tão importantes, não se vislumbrando novas iniciativas, verificando-se uma total ausência de ideias. Este orçamento e as grandes opções do plano para 2016 não apresentam nada de novo com vista ao desenvolvimento económico do município, limitando-se sim a continuar investimentos e projetos que transitaram do anterior executivo. Apresentam-nos um orçamento desequilibrado, onde as receitas correntes são de 6.761.664 € representando 87% mais de 5% que em 2015 e as receitas de capital 1.014.225, sendo 13% do total do orçamento, menos 5% que 2015, enquanto as despesas correntes representam 75%, ou seja, 5.827.327 €, mais 1% que em 2015 e as despesas de capital 1.948.562 € do total das despesas, menos 1% que 2015. Nunca em 20 anos de governação PSD um orçamento foi tão desnivelado em termos de receitas correntes e capital e despesas correntes e capital. No que diz respeito à receita, não percebemos como se limitam só a inscrever os valores respeitantes às receitas próprias, ao fundo de equilíbrio financeiro e ao reembolso dos poucos fundos comunitários. Senhor presidente, também não percebemos porque, mais uma vez, e depois do alerta do ano passado, se confinou à cadeira da presidência e não foi junto dos ministérios assegurar apoios em contratos de programa. Entendemos que em momentos de crise, a Câmara Municipal, e nomeadamente o senhor presidente, mais do que se juntar-se ao rol de queixas e lamentos, deve assumir-se como protagonista da mudança e agente decisivo de progresso e desenvolvimento. É isso que os Alcoutenejos esperam de uma Autarquia e de um executivo competente,

proactivo e atento. Após uma leitura atenta aos documentos temos de confessar que esperávamos mais. Esperávamos uma estratégia clara, uma estratégia de desenvolvimento de progresso e afirmação do concelho na região. E isso não existe. Uma estratégia que acreditamos ser possível de elaborar e concretizar e que confira uma dinâmica que corresponda às expectativas dos Alcoutenejos em matérias como o emprego e o desenvolvimento económico, à fixação da população, o desenvolvimento de políticas sociais ativas ou o desenvolvimento e projeção cultural e turística do concelho. São documentos condicionados pelas dificuldades, são. Mas, são igualmente o espelho de uma determinada opção política com a qual não nos identificamos. Seria expetável que num período de maiores dificuldades se procurassem alternativas de financiamento para novos investimentos que permitissem acrescentar qualidade de vida aos cidadãos do nosso concelho. Mas não. Na apreciação que fazemos, verificamos que no capítulo da despesa, as despesas correntes representam 75%, enquanto as despesas de capital apenas 25% do total do orçamento. Nunca no passado em gestão do PSD, tal aconteceu, haver uma discrepância tão grande entre despesas de funcionamento da própria câmara e despesas de investimento. É aqui que se verifica a grande deficiência deste orçamento. Denota-se uma governação sem capacidade de trazer esperança às pessoas, sem visão estratégica, inovadora e com perspetivas de longo prazo. Em tempos de crise e quando se pede contenção, os gastos com o funcionamento da câmara atingem valores excessivamente altos. A despesa é praticamente consumida pela gestão corrente. Em despesas com pessoal, o montante de 3.013.248 € representa 38,80 % do orçamento; em aquisição de bens e serviços, 1.589.545 €, ou seja 20,4% do orçamento; Em transferências correntes gastar 1.093.850 € é um exagero, representa 14% do orçamento total da despesa; quanto ao capítulo da despesa de capital, é com muita preocupação que vimos a mesma representar apenas 25% do total do orçamento, no valor de 1.948.562 €, destacando-se em investimentos 1.566.275 € representando apenas 20%. A ausência de investimentos em obras, que consideramos prioritárias, com vista ao desenvolvimento económico do município e por sua vez à criação de emprego a curto prazo, deixam-nos pessimistas quanto ao futuro das gentes do

B

concelho. Constatamos que neste orçamento não existiu esforço para regular a despesa, que estão a assumir compromissos financeiros incontroláveis e não foram criadas as condições necessárias para potenciar as receitas, estando o Município a caminhar para uma situação financeira com repercussões negativas e imprevisíveis no presente e no futuro. Entendemos, no entanto, que devemos ser um referencial de estabilidade no Município, pelo que o voto dos vereadores do Partido Social Democrata é o da abstenção”. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta para que este Órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, delibere igualmente solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de € 75.000,00 (Acrescido de IVA à taxa legal em vigor), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos, e que a emissão prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo Órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 81/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, bem como que delibere que na sequência do pedido de autorização prévia formulado,

seja igualmente autorizado a delegar no presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por Lei, no âmbito do regime de contratação pública. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr.ª. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **FUNDO MANEIO PARA O ANO DE 2015 – ALTERAÇÃO DE RESPONSÁVEL:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que seja reposto, à data de 31 de outubro de 2015, o fundo maneo, detido pelo trabalhador Francisco Emídio, bem como que seja constituído um novo fundo maneo, com as mesmas características e montante, a 01 de novembro de 2015, e que o responsável seja o trabalhador Casimiro Lopes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PROPOSTA DE REVISÃO DO ZONAMENTO (ARTIGO 62.º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS):** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar manter os valores do zonamento anteriormente estabelecidos, nas povoações do Álamo, Laranjeiras e Guerreiros do Rio em 0,50, não aceitando assim a proposta de coeficientes de localização para essas

áreas, bem como solicitar a redução do coeficiente de localização do zonamento do loteamento industrial para 0,40, por forma a fomentar a instalação de indústrias no mesmo e que as alterações propostas sejam remetidas à Autoridade Tributária e Aduaneira, para efeitos de integração da proposta de revisão do zonamento. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para explicar que o zonamento prende-se com o valor patrimonial dos imóveis, tendo informado de seguida que remeteram proposta, à Câmara Municipal, através de avaliação efetuada por um perito local, no que respeita a um aumento do valor do zonamento (0,5) nas zonas de Álamo, Laranjeiras e Guerreiros do Rio, e para o qual o executivo permanente não concorda, visto não ter ocorrido qualquer aumento nas construções e população. Ainda mencionou que o peso da não aceitação recai igualmente por terem efetuado um levantamento sobre o valor a aplicar, em outros municípios. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para mencionar que a proposta foi apresentada por um perito local e um interlocutor da Edilidade, designadamente o Eng.º Paulo Pereira, e nesse sentido questiona porque é que o técnico não propôs um valor mais diminuto. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra novamente para esclarecer que o assunto prende-se com a apresentação de critérios pela Repartição de Finanças, e que os mesmos, segundo a referida entidade são baseados na “atratividade da zona junto ao rio”. Informou ainda que o valor do zonamento em Alcoutim e Martim Longo fica 0,8 para habitação e 0,6 para a indústria. --

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo senhor sr. presidente foi encerrada a reunião,

pelas dezoito horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário

